

O DESPONTAR DA USINA EM PERNAMBUCO: ACUMULAÇÃO NA ADVERSIDADE

PAULO HENRIQUE N. MARTINS
Fundação Ensino Superior de Pernambuco

Existe uma rica bibliografia, sem dúvidas, a respeito da formação de indústria açucareira no Nordeste, e mais especificamente, sobre o surgimento e expansão das modernas usinas de açúcar. No entanto, a persistência de certos preconceitos, entre os quais o de se vincular dogmaticamente os rumos da atividade açucareira nordestina ao movimento do comércio exterior, têm bloqueado os esforços no sentido de um melhor entendimento das leis específicas de reprodução do capital açucareiro no Nordeste e em Pernambuco, maior estado produtor do país na época. Embora seja indiscutível as estreitas vinculações do produto brasileiro com o mercado internacional durante toda a colônia e boa parte do século XIX, a verdade é que, nos fins deste mesmo século — momento em que se verifica a expansão das atuais fábricas de açúcar — o quadro geral do movimento de circulação da mercadoria — açúcar estava completamente revertido, com a expulsão do produto nacional dos grandes centros consumidores mundiais. A evidência do preconceito está justamente no fato de não se entender que a crise do açúcar brasileiro no mercado internacional não significou crise do processo de acumulação da indústria interna, mas apenas reciclagem da produção para o mercado interno em lenta expansão, com todas as conseqüências daí advindas¹.

A desconsideração deste elemento fundamental do processo usineiro, tem levado a maioria dos autores a formularem interpretações teóricas inadequadas, fenômeno que se repete ainda nos dias atuais. É o caso, por exemplo, de Francisco de Oliveira quando afirma:

"Os impulsos de industrialização que tomaram forma na conversão dos engenhos de açúcar em usinas, fenômeno que arran

ca do último quartel do século XIX e se esgota nas primeiras décadas deste, e do outro lado na implantação da indústria têxtil, foram abortados pelas mesmas razões e causas que contribuíram para refrear a própria industrialização da região do café: pela reiteração/subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e americano"².

Na citação acima, observamos claramente os riscos produzidos por uma análise que desconsidera o papel do mercado interno em constituição para o êxito do processo usineiro. Identificando-se, assim, a crise do comércio internacional do açúcar com as dificuldades normais de afirmação do capital industrial sob circunstâncias peculiares, conclui-se pela regressão e "*refreamento da industrialização*" como o exprime enfaticamente o autor. O momento desta conclusão é falso por estar divorciado da realidade, opondo-se mesmo a ela. Caso admitíssemos a procedência do comentário, teríamos que aceitar também o fracasso do processo de implantação das modernas fábricas de açúcar que, por coincidência, se realiza neste justo instante. Na impossibilidade de negar a importância da transição histórica e irreversível do engenho para a usina, temos que admitir que a teoria, no caso, passa a deformar a realidade, dificultando, assim, as possibilidades concretas de conhecimento teórico de natureza e das características da industrialização do açúcar no Nordeste e em Pernambuco.

Poderíamos citar uma série de outros trabalhos situados nesta mesma linha de análise para ratificar nossa crítica como, por exemplo, o de Peter Eisemberg que diz ter havido, com a usina de açúcar, uma transição do escravismo para o feudalismo³. Porém não é nosso propósito aqui o de fazer uma revisão bibliográfica exaustiva sobre a matéria. Acreditamos ser mais produtivo avançar algumas reflexões concretas sobre as especificidades da passagem para a usina de açúcar, o que faremos a seguir.

O NORDESTE AÇUCAREIRO FACE AO FRACASSO DOS ENGENHOS CENTRAIS

O fracasso dos engenhos centrais — empreendimentos industriais instalados por capitais estrangeiros, particularmente ingleses, na década de oitenta do século XIX — veio alterar por completo as tendências que se delineavam até então, e que indicavam um provável controle da indústria açucareira nordestina pelos interesses ingleses. Em princípio esses "*engenhos centrais*" foram o resultado da rápida evolução da demanda mundial de açúcar, que na segunda metade do século XIX havia impulsionado a burguesia industrial dos países ricos da Europa, principalmente Inglaterra e França, à procura de novas regiões aptas para a produção de açúcar. Anteriormente, a utilização da beterraba no lugar da cana para a fabricação do açúcar industrial havia resultado na incorporação de largas porções de terra na Europa, concorrendo vantajosamente sobre outras culturas. Rapidamente, entretanto, a quantidade de áreas disponíveis para a beterraba não era mais suficiente para responder às necessidades do consumo mundial deste produto. Por outro lado a produção das colônias ou ex-colônias também não era bastante para suprir a escassez. Foi assim que esta burguesia industrial se viu obrigada a se deslocar para outras regiões propícias à cultura açucareira.

É preciso assinalar que o problema não era simplesmente de encontrar áreas favoráveis do ponto de vista climático ou edafológico, pois a África se encontrava bem próxima da Europa e oferecia boas condições físicas para esta cultura. A questão era bem mais complexa. De fato, a implantação de grandes unidades industriais como as que aqui foram instaladas exigiam a priori determinadas condições nas regiões produtoras como uma avançada divisão social e técnica do trabalho. Entre outros países, o Brasil apresentava essas condições impostas pela reprodução do capital a nível mundial, pois de um lado já era um tradicional produtor de açúcar e, por outro lado, apresentava um Estado suficientemente organizado para preencher o papel de agente intermediador do movimento do capital financeiro de fora para dentro e do interior para o exterior. Do ponto de vista político, este Estado já se mostrava apto para assegurar a dominação em termos burgueses.

O fracasso dos "*engenhos centrais*" veio portanto modificar aquilo que poderia ser uma outra história do Brasil, onde a presença dos interesses estrangeiros teria uma presença predominante, tal como se verificou em várias partes da América e do Mundo. A luta empreendida pela tradicional classe dominante local, os senhores de engenho, contra a presença incômoda das empresas inglesas determinou as especificidades do processo usineiro da região e, indiretamente, das demais regiões açucareiras do país, a partir dos fins do século XIX. Todavia, a evolução dos acontecimentos não mais permitiria aos "*senhores de engenho de preservar a estrutura produtiva tradicional, e de fazer retorno na história*". A evolução das condições materiais e sociais da produção açucareira exigia uma solução processual, inserida nas condições internas então vigentes. De fato, a experiência dos engenhos centrais havia representado uma forte ruptura com relação à ideologia escravista dominante. Agora, a classe dominante local era forçada a se adaptar às regras do capital. Antes, era o escravismo que impunha seu ritmo de produção à economia açucareira. Agora, era o capitalismo que começava a impor seu ritmo de produção e reprodução.

Mas as dificuldades políticas e econômicas existentes eram imensas, na época. A permanência dos destinos da economia açucareira em mãos das antigas classes dominantes também significava a impossibilidade de consolidação das grandes unidades industriais e de reorganização da exploração agrícola. Em primeiro lugar, se mantinha as características fundamentais da antiga estrutura produtiva escravista baseada na existência de um grande número de pequenas e médias manufaturas de açúcar. Em segundo lugar, permanecia intacta uma forte, numerosa e conservadora classe dominante constituída pelos "*senhores de engenho*" e plantadores independentes. Em terceiro lugar, faltavam os recursos financeiros necessários para que estanascente burguesia industrial pudesse introduzir transformações radicais no processo produtivo. Por último, e em consequência também de todos os outros motivos, a economia açucareira permanecia às margens do atraente mercado mundial de açúcar.

Aprofundou-se um processo inevitável de concentração do capital onde não havia espaço para todos os agen

tes da antiga classe dominante. Estabelecia-se uma seleção obrigatória cujos critérios eram: a riqueza, a capacidade gerencial, a influência política, etc. A consequência foi o aparecimento de uma série de conflitos no interior da dominação, que se estendeu durante toda a Primeira República. O testemunho pessoal de José Henrique Novaes, antigo industrial de açúcar em Pernambuco é bastante revelador:

"... iniciaram-se as construções de meios aparelhos, pequenas usinas, substituindo-se, aos poucos, o açúcar bruto chamado, pelo cristal. Isso veio aos poucos. Os senhores de engenho mais abastados procuravam transformar sua indústria incipiente no bangüê, em produção de cristal. Houve uma febre enorme nessas montagens e Pernambuco tinha algumas dezenas desses mios aparelhos, bases das usinas de hoje. Houve muitos fracassos. Vários perderam tudo. Barões arrasaram-se. Mas muitos também venceram, criando a base da indústria de hoje"⁴.

No correr da década de setenta do século passado já se presenciavam alguns engenhos de açúcar que funcionavam com máquina a vapor. Constata-se, em 1871, que 6% das 440 fábricas existentes, transportando açúcar pela estrada de ferro "*Recife and San Francisco Railway*", possuíam máquinas a vapor. Em 1881, os valores correspondentes eram de aproximadamente 21,5% dos 609 engenhos de açúcar na mesma situação. Também não é preciso esquecer que para as inúmeras outras manufaturas de açúcar não servidas pelas estradas de ferro terá sido bem mais difícil a mudança e modernização dos processos de trabalho.

Contudo, a transição para a economia industrial na área açucareira, sob as condições então existentes estaria bastante ameaçada caso a burguesia açucareira nascente não pudesse contar com a ampla ajuda do aparelho estatal, a nível ainda não verificado nos países mais desenvolvidos na quele momento.

A AÇÃO DO ESTADO NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL DO AÇÚCAR

Nos países do chamado "Terceiro Mundo", o Estado desempenha um papel de destaque na afirmação do processo burguês, e na constituição das classes burguesas. O caso da usina de açúcar no Nordeste é, desse modo, bastante revelador dessa presença estatal.

Até o momento do fracasso dos "engenhos centrais", a ação estatal se mostrava razoavelmente sensível às pressões dos grupos estrangeiros. A partir daí, porém, a evolução das relações de força em favor das classes dominantes locais se manifestou ao nível das decisões tomadas pelo governo provincial. Assim, entre as mudanças introduzidas pelo Barão de Rio Branco na Legislação Açucareira em 15 de outubro de 1890, temos o artigo 1º (primeiro) que diz:

"O governo do Estado estimulará a fundação de pequenas e médias usinas de açúcar e o desenvolvimento de empresas desse gênero já existentes, exclusivamente a favor dos proprietários agrícolas!"

Entretanto, é durante a questão do governador Barbosa Lima, ainda na década de 1890, que foram postos em prática as medidas mais estimulantes de ordem financeira para a fundação das usinas de açúcar. Em um prazo de dezesseis meses este governador efetuou empréstimos no montante de 13.950 contos de réis aos produtores locais, o que lhe valeu severas críticas por parte de seus inimigos políticos. Para se ter uma idéia da dimensão da medida, basta saber que até então o valor dos empréstimos deste tipo efetuados pelos antigos governadores não tinha ultrapassado 2.190 contos de réis, ao longo dos quatro anos de administração de cada um deles⁵. Por seu lado, o governador e usineiro de Pernambuco em 1909, Herculano Bandeira, construiu com recursos do Estado, dez usinas de açúcar que revendeu a particulares.⁶.

ESPECIFICIDADES DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NO PROCESSO USINEIRO

Na transição do engenho de açúcar para a usina de açúcar, toda a estrutura de produção sofreu uma completa reformulação, tanto no setor industrial como no agrícola. Se a transformação do processo de trabalho na indústria se realizava sob condições bastante difíceis, a adoção de novos processos de trabalho na agricultura constituía tarefa que ultrapassava as possibilidades materiais da burguesia industrial nascente. Porém a usina de açúcar soube abrir seus próprios caminhos através da agricultura em busca de quantidades cada vez maiores de matéria-prima para atender sua voraz necessidade. Teve lugar então um movimento de reorganização da agricultura com a finalidade de viabilizar a continuidade do processo de acumulação industrial; reorganização esta fundada sob dois elementos que existiam em abundância: a terra e a mão-de-obra disponível.

A concorrência era totalmente livre. As primeiras usinas disputavam passo a passo com as outras usinas, "*bangüês e engenhos de açúcar*", a matéria-prima existente. A luta pela sobrevivência, provocou, então, um forte processo de concentração de terras e usinas. As indústrias maiores obtinham nítida vantagem nessa disputa, tanto através da incorporação das usinas mais fracas, como pela compra das antigas unidades manufatureiras e outras propriedades agrícolas. Este processo de expansão do capitalismo industrial açucareiro se realizou sob pressões sentidas a diversos níveis: a luta com os fornecedores de cana em torno do preço a ser pago pelo produto fornecido, lutas com os bangüês e antigos engenhos de açúcar pelo controle do mercado consumidor local e regional, lutas com os comerciantes e usurários em torno do preço do açúcar e dos juros sobre os empréstimos concedidos, lutas com a burguesia do café tendo em vista o controle dos aparelhos centrais do Estado brasileiro, etc. Estes conflitos marcaram toda a existência da Primeira República.

Nessas condições extremamente difíceis a usina de açúcar na região teve que se desenvolver de maneira desordenada e contraditória.

Em Pernambuco, as primeiras unidades fabris surgi-

ram inicialmente na zona da mata sul, onde havia a mais acentuada concentração de engenhos de açúcar. Aliás, as usinas eram, normalmente, as filhas naturais dessas antigas manufaturas. Nesta passagem para a moderna usina, verificou-se uma autêntica corrida no sentido de incorporação das terras disponíveis próximas das usinas, pois elas significavam a única possibilidade de sobrevivência, na inevitável seleção, dos mais fortes, estabelecida pelo capital açucareiro na sua reprodução. Ou seja, num sistema de livre concorrência como aquele ali existente, a única condição oferecida às usinas para não fracassarem, era a realização de uma acumulação acelerada cujo processamento implicava a existência farta de matéria-prima e por conseguinte, de terras disponíveis. Esta decalagem entre a reprodução do capital na indústria e na agricultura se traduzia na agravação dos conflitos entre os novos usineiros e os fornecedores. Concretamente, a expansão do processo industrial se realizou em duas direções: a) Aquisição de novas terras; e b) Arrendamento de terras pertencentes a terceiros.

a) Aquisição de novas terras

O ritmo de compra de novas terras para plantio dependia das condições locais. Evidentemente, onde havia uma forte concentração de unidades industriais — como era o caso da zona da mata sul de Pernambuco — este ritmo era mais acelerado porque era bastante disputada a matéria-prima disponível. O aprofundamento deste processo desorganizado de expansão das usinas produziu, assim, o aparecimento de diferentes formas de exploração das terras compradas. Este fenômeno era mais freqüente, sobretudo, quando essas terras estavam situadas longe das fábricas, ou quando apresentavam um baixo índice de fertilidade natural ou ainda difíceis condições de exploração agrícola. Nesses casos, o industrial preferia, na maioria das vezes, arrendar a terra a terceiros, participando esta mesma renda da contabilidade da produção industrial. Em vários casos, esses rendeiros eram antigos senhores de engenho que já haviam alienado suas antigas propriedades.

b) Arrendamento, pela usina, de terras pertencentes a terceiros

Este processo se verificava quando o proprietário

agrícola renunciava à exploração pessoal de sua terra, embora sem querer se desfazer da mesma. Também ocorria nos casos em que a usina não tinha interesse ou meios para adquirir a propriedade, mas se interessava pela sua exploração.

Por outro lado, tanto os proprietários como os rendeiros, dependendo das circunstâncias, da exploração, se serviam da parceria como forma de maximizar a extração do excedente.

Desde logo podemos avançar um aspecto bastante importante deste processo específico de acumulação das usinas de açúcar da região, particularmente Pernambuco:

A necessidade de realização do lucro na fábrica, levou essa burguesia industrial açucareira nascente a procurar, nas condições de desenvolvimento das forças produtivas vigentes, garantir um volume de cana de açúcar necessário à sua reprodução a preços os menores possíveis. Este movimento se exprimia de duas maneiras: 1) Intensificação dos conflitos entre usineiros e fornecedores com relação ao preço a ser pago pela matéria-prima; 2) Utilização sistemática dos mecanismos da renda diferencial de localização e produtividade, que permitiram a adaptação e subordinação da atrasada exploração agrícola às exigências de reprodução do capital industrial açucareiro.

A questão da renda, no presente caso, é bem interessante por exercer um papel direto na reprodução da usina de açúcar. Ela revela claramente como foi possível conciliar, no interior do processo produtivo, a reprodução de um setor dotado de alto grau de composição orgânica do capital e um outro setor atrasado, reproduzido a nível de acumulação primitiva, como é o caso da agricultura. No entanto este movimento não era funcional, aspecto revelado no fato de que na medida em que a defasagem entre os dois setores aumentou, o sistema começou a apresentar sinais de ruptura, denunciadores da frágil base de acumulação sobre a qual ti-

nha se instalado o processo industrial. Em outras palavras, isto significa, que assentando suas bases de acumulação sobre a utilização progressiva de terras e de braços, o capital açucareiro terminou provocando: 1) A incorporação de terrenos menos férteis e mais distanciados, cujos custos de produção eram compreensivelmente mais elevados; 2) O esgotamento do solo e escassez crescente de mão-de-obra. Sobre o assunto diz Gileno de Carli:

*"... porque realmente em Pernambuco a cultura canavieira tinha, em 1929/30, um atraso de cerca de cinquenta anos. Nada se melhorava: a semente de cana era a pior possível; os trabalhos agrícolas os mais rotineiros; as terras exaustas, cansadas de uma produção continuada, quadri-secular. Ninguém pensava seriamente em restituir ao solo aquilo que o vampirismo agrícola extorquia durante gerações e gerações"*⁷.

Nestes momentos de acumulação selvagem, os usineiros procuravam transferir para os fornecedores os prejuízos causados pelos crescentes custos da produção, pressão que esses últimos recusavam violentamente. A contradição do processo de acumulação industrial começou a tornar, assim, praticamente insuportável a exploração agrícola e industrial sob tais condições.

Por outro lado, a dependência dos usineiros com relação à burguesia comercial, vinculada ao mercado interno — no seio da qual se destacava com terrível notoriedade entre os produtores locais o conde Matarazzo — era cada vez maior: dependência expressa pelo acúmulo progressivo das dívidas das usinas e manifestada numa crescente impossibilidade de continuação do processo de concentração industrial. A revolução de 1930 veio, desse modo, constituir uma ruptura no eixo deste contraditório e sufocante processo acumulativo, dando novo alento à reprodução da indústria açucareira com a criação do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool).

ABSTRACT

This article deals with matters related to the industrialization of sugar production in Pernambuco during the late nineteenth and early twentieth centuries. Particular attention is given to the fact that the transformation of sugar production took place within the context of a restricted international market and that the exploitation of Brazil's internal market served as the basis for capital accumulation in the sugar industry.

N O T A S

1. MARTINS DE ALBUQUERQUE, Paulo Henrique. O Estado e a questão regional no Brasil. Tese de doutorado, Paris, 1980, part I, cap. 3.
2. OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re(li)gião, SUDENE Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Paz e Terra, 3ª edição, 1981, p. 36.
3. EISEMBERG, Peter. Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, pp. 132-247.
4. ENTREVISTA particular com o Sr. José Henrique Novaes.
5. CARLI, Gileno de. O processo histórico da usina em Pernambuco. Irmãos Pongetti Editores, Rio de Janeiro, 1942, pp. 12-3.
6. ENTREVISTA pessoal com o Sr. José Henrique Novaes.
7. CARLI, Gileno de. Op. cit., p. 61.